

Maria Raidalva Nery Barreto
Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho
Wéltima Teixeira Cunha
Organizadoras

Difusão do conhecimento em foco

saberes multidisciplinares

Salvador
Edufba
2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial
Cristovão Mascarenhas

Capa, projeto gráfico e diagramação
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Coordenação gráfica
Edson Nascimento Sales

Revisão
Mariana Leiro Cal

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Normalização
Tainara Santos de Azevedo

Assistente editorial
Bianca Rodrigues de Oliveira

Imagem da capa
freepik.com

Sistema Universitário de Bibliotecas - SIBI/UFBA

Difusão do conhecimento em foco : saberes multidisciplinares / Maria
Raidalva Nery Barreto, Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho, Wéltima
Teixeira Cunha, organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2024.
420 p.

Contém biografia
ISBN: 978-65-5630-529-5

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação.
2. Conhecimento e aprendizagem. I. Barreto, Maria Raidalva Nery. II. Mousinho,
Maria Cândida Arrais de Miranda. III. Cunha, Wéltima Teixeira.

CDU – 370.71

Elaborada por Jamilli Quaresma / CRB-5: BA-001608

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n - *Campus* de Ondina
40170-115 - Salvador, Bahia / Tel.: +55 71 3283-6164
edufba@ufba.br / <https://edufba.ufba.br>

Produção e gestão de conhecimento imigrante

o caso da comunidade croata no Brasil

Katia Gavranich Camargo
Milan Puh

Introdução

Neste capítulo serão discutidas a produção e a gestão do conhecimento imigrante no Brasil, a partir de um estudo de uma comunidade específica, nomeadamente a croata. A constituição dessa comunidade em terras brasileiras se deve às políticas nefastas de escravidão nas Américas e servidão na Europa, cujos projetos colonizadores afetaram tanto a Croácia como país emissor quanto o Brasil como país receptor de grupos expressivos de imigrantes que começam a se instalar nele a partir de 1880. Uma etnia sem reconhecimento oficial até 1993 por parte do Estado brasileiro teve que, ao longo dos últimos 140 anos, desenvolver modos de autopreservação e ressignificação cultural, os quais atualmente permitem que se conheça essa comunidade formada por aproximadamente 80 a 100 mil imigrantes e seus descendentes. O fato de existir uma longa história de articulação comunitária por meio de associativismo e cooperativismo, a qual passou por diversos momentos de negação e perseguição, atribui necessariamente um caráter histórico/historiográfico à pesquisa realizada

para a escrita deste texto. Por isso, nos valeremos de uma abordagem teórico-histórica do que significa o conceito de *zadruga* (cooperativa), como ele foi se redefinindo no processo migratório e quais são as ações e projetos comunitários atuais que se inspiram nessa característica étnica, não exclusiva dos croatas, mas com singularidades a serem evidenciadas aqui por meio dos resultados de uma pesquisa reflexiva.

Esse tipo de pesquisa que leva em consideração o conhecimento produzido e gerenciado numa comunidade imigrante representa uma possibilidade de aperfeiçoamento da inter-relação entre a universidade e a sociedade. Ela reconhece a importância do desenvolvimento de garantias institucionais para a participação de diferentes segmentos sociais nos processos de transformação científica e tecnológica existentes na esfera acadêmica. Portanto, por entendermos a importância da reflexão sobre ações culturais e educativas, definindo suas especificidades metodológicas, aproveitaremos da interdisciplinaridade intrínseca na produção de conhecimento e na sua posterior gestão. Consideramos que, assim, a sociedade brasileira, junto à comunidade acadêmica, terá melhor conhecimento do aspecto solidário e colaborativo fortemente presente em atividades cooperadas, inserindo-as, inicialmente, em um mosaico de relações e tensões históricas, para que depois possamos desenhar novos caminhos e propostas. Em decorrência disso, entendemos que haverá benefícios para a formação de futuros profissionais de ensino superior, por ser um tema de pesquisa inusitado, especialmente se levarmos em consideração os estudos migratórios e/ou étnico-raciais na atualidade.

Pensamos que, investindo mais esforços no evidenciamento e desocultamento de dinâmicas de funcionamento de comunidades imigrantes, poderemos fomentar as metodologias educacionais que resultarão numa maior mobilização de conhecimentos das políticas públicas em diálogo com os conhecimentos comunitários. Este pode ser um dos caminhos para que se pense a nossa sociedade em direção a uma sociedade de aprendizagem, onde informação e conhecimento são produzidos e gerenciados numa ótica de constante estudo.

Nesse sentido, justamente a falta de estudos sobre produção e gestão de conhecimento em comunidades imigrantes acaba impedindo que se pense o quão complexo é criar e manter relações étnicas, especialmente quando elas são empregadas em projetos que subentendem um trabalho conjunto. Entendemos necessário destacar que pesquisas desse tipo poderiam auxiliar no estabelecimento de vínculos entre diferentes atores sociais – instâncias oficiais (prefeituras, secretarias e universidade) e a comunidade. Aqui ainda queremos destacar que o nosso foco será destinado para uma visão baixo-cima, em que se parte do micro (comunitário) e se encaminha para o macro (institucional), apesar de que as nossas observações também permanecerão num nível intermediário, do qual vemos os dois lados. Inicialmente as produções foram feitas por indivíduos que se uniam espontaneamente de acordo com o objetivo do momento, o que posteriormente levou à criação de associações, cooperativas, projetos conjuntos com o poder público (municípios, estados) e outros atores sociais.

Nossa argumentação se situa na percepção de que as ações e dinâmicas comunitárias costumam passar despercebidas enquanto um modo legítimo de produção de conhecimento, que poderá ser parcialmente redefinido e incorporado em outras esferas da sociedade. Acreditamos que esse tipo de modo de produção de conhecimento, embora não científico segundo os preceitos da história da ciência, mas baseado em experiência e posto em diálogo com a academia, poderá contribuir de maneira diferente e complementar. E por fim, a educação na/pela multiculturalidade no Brasil não pode ser um sinônimo da homogeneização das diferenças raciais e étnicas, precisando dar lugar para estudos dos processos históricos, sociais, culturais e políticos de cada uma das suas partes. Assim, propomos a inversão do “orientalismo à brasileira” que Puh (2020b) menciona como responsável pela endogenia da produção de conhecimento da academia brasileira e seu pouco interesse pelo estudo de línguas-culturas do mundo, e que impede que seja aproveitado potencial inerente à existência múltipla da existência do ser humano.

Considerações teórico-metodológicas iniciais

Iniciaremos com a discussão do que entendemos ser produção de conhecimento, uma vez que estamos propondo um outro olhar sobre esse assunto, observando métodos que surgem da experiência histórica e social de um determinado grupo. O conceito de produção de conhecimento em si, que para autores considerados clássicos na área de metodologias de pesquisa, como Gil (2008), indica procedimentos racionais e sistemáticos para se dar respostas aos problemas identificados, envolvendo o uso de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos, divididos em algumas fases que levam a uma possível solução. Nessa espécie de definição do que é o procedimento de pesquisa, que leva à constituição de um determinado conhecimento, vemos ainda uma ótica instrumentalista que prevê a solução de dificuldades enfrentadas por determinados setores da sociedade ou Estado. Mas também há outras visões que entendem que o conhecimento pode ter uma dimensão voltada para a compreensão e transformação do mundo, alinhada a uma disposição e necessidade de agir e, por último, enquanto um elemento de libertação, como já propunham autores como Luckesi (1985). Trata-se, portanto, de definir métodos capazes de acionar essas outras dimensões da produção de conhecimento para que seja possível uma sociedade mais democrática e plural.

Esses métodos precisam ser articulados e analisados em relação ao que se chama de abordagem científica, e ainda aquela acadêmica, criando alcances para a confrontação entre cultura como ciência e ciência como cultura, necessários para se ultrapassar algumas das limitações que, inclusive, enfraquecem a posição desses dois espaços epistemológicos na vida da sociedade brasileira (Santos, 2009). O conhecimento científico dominante, herdado de uma certa tradição europeia, estabelece-se a partir do período iluminista e especialmente a partir daquele positivista no final do século XIX. É marcado por forte estruturação, especialização e diferenciação de comunidades específicas no seio da sociedade, cujos efeitos negativos sobre outros modos de produção científica e não científica têm sido analisados

e criticados na América Latina pelo grupo Colonialidade-Modernidade, mas também por Paulo Freire, no contexto brasileiro e mundial.

Com a ciência entendida justamente como cultura, o objetivo acaba sendo superar os modelos ditos universais da razão que impregnam em si imperialismos culturais de caráter (neo)colonial. Entendemos que nessa ótica podemos redefinir essa ciência como cultura, enquanto uma ciência que é colocada em perspectiva, para que possa traçar caminhos que permitirão a constituição de uma ciência baseada na solidariedade de diversos saberes e racionalidades, como constata Santos (2009). Nisso, abre-se um espaço para outros tipos de saberes e racionalidades que advêm dos múltiplos campos científicos, sociais, culturais, tecnológicos e, claro, migratórios, porém fomentando críticas e diálogos sem perder de vista o seu caráter singular, evitando as amalgamações e incorporações homogeneizantes. Compreendendo a ciência como cultura, bem como a cultura como ciência, podemos reforçar modelos que, junto à razão em sua pluralidade, permitem que a cultura tenha um lugar significativo, inclusive para o exercício da cidadania. Aqui, essas outras racionalidades produzidas em contextos sócio-histórico-culturais específicos não serão suplantadas pelo que foi produzido anteriormente, mas indicarão para uma constante necessidade de se contextualizar a produção de conhecimento, ao contrário do que tem sido feito no Brasil com relação à produção de conhecimento por comunidades de imigrantes (Puh, 2020a, 2020b).

Nós entendemos, nesse contexto, que todo conhecimento objetiva uma relação e convivência dos sujeitos com o mundo, na qual funcionam operadores de significação, o que significa, basicamente, que o conhecimento é produzido para fazer sentido, para significar algo a alguém, e que, quando procuramos criá-lo, precisamos de outras pessoas. Ele nunca é um empreendimento totalmente individual e isolado, tanto que sem a sua socialização, não há como garantir que será reconhecido e empregado, servindo ao que foi o seu objetivo. Devido a essa condição, quanto mais amplo e envolvente o conhecimento, mais libertador ele é, e por isso conhecer o modo como determinados grupos de pessoas (no nosso caso, imigrantes croatas) se relacionavam com o mundo e o significavam,

vinculando-os aos processos mais gerais presentes na sociedade, o que garante um certo caráter coletivo, representa um caminho que, inclusive, garantirá a sua autopreservação. Lembramos ainda que sempre se investiga ou pesquisa algo (de modo sistemático ou assistemático) e os resultados que surgem dessa característica humana precisam ser confrontados com outros tipos de conhecimentos produzidos em outras instâncias da sociedade: universidade, Estado etc.

Nosso objetivo é dividido em duas partes. Primeiramente, queremos aproximar as áreas de gestão cultural e estudos de imigração, para que possamos entender melhor como se produz, e se mantém ativo, o conhecimento em uma comunidade com fortes vínculos étnicos. Em segundo lugar, ao tratar de um exemplo específico – comunidade croata no Brasil –, pretendemos mostrar como se deu historicamente a articulação desse grupo de imigrantes, observando os processos de articulação comunitária que passaram de cooperativismo familiar para aquele étnico e, posteriormente, tiveram que se conformar com o associativismo cultural e, mais recentemente, se reestruturaram em rede.

Esperamos que, por meio deste texto, outros grupos de imigração possam entender a cultura em que o conhecimento foi constituído, aproveitando a experiência de grupos prévios e, articulando-os com contribuições científicas mais recentes, possam lançar um olhar mais consciente de suas dinâmicas e agir mais ativamente na produção e gestão de conhecimento como base de sustentação.

Gestão de conhecimento e gestão de cultura

Podemos começar questionando se o termo “gestão do conhecimento” de fato existe, uma vez que autores oriundos da ciência da informação, como Wilson (2006), consideram que o conhecimento reside no indivíduo. Ainda, segundo esse autor, o conhecimento envolve os processos mentais de compreensão, entendimento e aprendizado que se passam na mente, independentemente da interação com o mundo exterior à mente e da interação com outros. Contudo, segundo McInemey (2006), esta ainda é

uma forma muito parcial de analisar a gestão do conhecimento. O argumento de Wilson contra a possibilidade de compartilhar conhecimento é, até certo ponto, plausível, ao encarar a transferência do conhecimento como se fosse a passagem da essência de uma pessoa para outra. Pode-se tentar gerenciar a organização do conhecimento de modo a assegurar que o desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades seja encorajado e que a cultura organizacional promova o compartilhamento da informação, que se tornará conhecimento (Januzzi; Falsarella; Sugahara, 2016).

Em lugar de apresentar-se apenas como uma prática de gestão, o compartilhamento do conhecimento é um ato voluntário por parte daqueles que desejam compartilhar seus saberes. Sob esse enfoque, McInerney (2006) nos lembra que compartilhar o que se sabe já era praticado desde os artesãos nas corporações medievais, que repassaram durante séculos seus ensinamentos aos aprendizes e, também, mais recentemente, nas cooperativas, como fizeram os imigrantes croatas. Nesse sentido, quando se deseja compartilhar o conhecimento com, por exemplo, funcionários de uma empresa, subentende-se que gostaríamos de ensinar aos outros as lições que aprendemos ou transmitir as habilidades necessárias para desempenhar bem as tarefas dentro de uma organização (Hislop, 2002). Além disso, “gestão do conhecimento” pode também significar a criação de conhecimento novo, ao encorajar a inovação.

Na prática, o termo acabou por significar muito mais do que somente “gerenciar o conhecimento”. No cerne da prática da gestão do conhecimento, encontra-se o desejo de encorajar o compartilhamento do conhecimento (McInerney, 2006). Qualquer que seja a perspectiva da discussão, observa-se que a informação é determinante para a existência do conhecimento. Vale então considerar um aspecto importante: que a definição da informação ocorre dentro de um dado contexto, ou seja, o conceito da informação assume características do sistema em que ela está inserida (Robredo, 2003). Para analisar como o conhecimento é produzido e gerenciado em uma comunidade imigrante, utilizaremos a perspectiva proposta por Januzzi, Falsarella e Sugahara (2016), pela qual o conhecimento

caminha junto à informação, entendendo-se que pode ganhar diferentes olhares, conforme o contexto em que está sendo discutido.

Quando estudamos a forma como as comunidades imigrantes atuam na nova pátria usando modelos praticados na terra natal, buscamos tornar visível a dimensão social do conhecimento. A dimensão social do conhecimento identifica um nível de consciência coletiva que exige a melhor distribuição dos saberes e das riquezas geradas pela sociedade (Suaiden; Leite, 2006). É uma sinalização para a necessidade de diminuir as desigualdades e socializar o bem-estar, a qualidade de vida, a cidadania e a dignidade humana. Em nosso caso, essa dimensão se materializa por meio das formas de associação da comunidade croata, primeiramente com o espírito cooperativista e de socorros mútuos, posteriormente, nas associações sem fins lucrativos que construíram em São Paulo: Croatia Sacra Paulistana e Sociedade Amigos da Dalmácia. Essas instituições estão focadas na dimensão social do conhecimento, na medida em que seus trabalhos se desenvolvem, de modo geral, a partir do compartilhamento do conhecimento, experiências e saberes na busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades em que atuam. É possível observar que o conceito de parceria e seu efetivo exercício foram incrementados e popularizados a partir dessas organizações.

O conceito que norteia essas associações comunitárias no início e, atualmente, empresas sem fins lucrativos é o desenvolvimento sustentável, a preservação da cultura ancestral, educação, estímulo ao esporte e ações sociais, enfim, itens voltados para a melhoria da qualidade de vida na busca de uma união possível entre os membros das associações e da comunidade de seu entorno. Essas associações, classificadas no terceiro setor, possuem fins públicos, porém de caráter privado, pois não se enquadram no primeiro setor (Estado) nem no segundo setor, o das iniciativas privadas e atividades de mercado, pois não possuem objetivos mercantis. Fazem parte do denominado espaço público não estatal (Suaiden; Leite, 2006).

Sob essas associações observamos a dimensão social do conhecimento, que consiste no compartilhamento do saber produzido e acumulado, de forma acessível, a toda a população, de modo a contribuir para com o

crescimento individual e coletivo da sociedade. Ainda segundo Suaiden e Leite (2006), os valores baseados na compreensão, boa vontade e solidariedade são os únicos capazes de agregar valores a essas instituições. A dimensão social do conhecimento trata das mudanças que geram uma nova cultura. É necessário aliar pensamento e sentimento, compreensão e satisfação, aprendizado e realização. Nos dias de hoje é imperativo ousar e inovar, tornar a mediação algo mais que uma simples metodologia, na própria expressão do amor pelo trabalho. Há sistemas sociais mais ou menos solidários, mais ou menos divididos, do ponto de vista das relações afetivas que seus membros mantêm entre si. Isso, obviamente, afetará o nível de confiança que esses sistemas apresentam. A confiança é o fundamento de toda relação social que não se sustenta na força. Sem confiança, tais relações se veem comprometidas e tenderão a se dissolver, como ocorreu na comunidade croata em alguns casos aqui relatados.

Na complexidade da sociedade em que vivemos, surgem valores que passam a caracterizá-la. A inovação é um deles, de fundamental importância, e a criatividade e a inquietação são essenciais para romper as barreiras que protegem a ordem estabelecida e produzir mudanças, sejam elas de cunho social, tecnológico ou cultural. Nesse sentido, as organizações têm que estar atentas para mudanças necessárias para se tornarem mais competitivas, e só conseguirão isso se agregarem um valor chamado inovação. A inovação produz novos nichos de mercado e fortalece a construção da sociedade do conhecimento (Suaiden; Leite, 2006).

Nos últimos anos não foi possível ficar indiferente à expansão da economia cultural, impulsionada pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação, com o deslocamento do foco das atividades industriais para as atividades com base nos recursos intelectuais, e alteraram-se as formas de criação, produção, distribuição e consumo dos bens culturais. As associações croatas não ficaram alheias a esse movimento. Desde 2015 o governo croata tem investido substancialmente em suas comunidades de migrantes, com o intuito de fortalecer os laços dessas comunidades com suas raízes, característica considerada fundamental pelos croatas. Isto se deve à grande importância que o país dá aos croatas residentes fora da

Croácia, existindo até mesmo um departamento que cuida desse assunto, ligado ao Ministério do Interior Croata.

A maioria das organizações culturais de comunidades de imigrantes, a princípio, nasce da lógica “informal”, mas hoje precisa se adaptar rapidamente para a sobrevivência, o que por si só já confere uma mudança de paradigma, voltado à gestão cultural. O poder simbólico é uma importante característica dos bens culturais, pois o produto cultural pode ser posto a serviço da dominação ou da emancipação e, nesse sentido, é um campo ideológico com repercussões importantes na vida cotidiana (Ferreira, 2015). A gestão de aspectos simbólicos dos produtos representa um desafio, pois os bens culturais precisam ser sustentáveis e valorizados pelos consumidores em longo prazo. A partir dos símbolos que influenciam a emoção e a percepção, o consumidor do bem cultural busca uma experiência, produto subjetivo e não utilitário com o qual o gestor cultural precisa aprender a lidar para intensificar a experiência gerada pelo bem cultural (Lampel; Lant; Shamsie, 2009).

Por tudo isso, os autores Lawrence e Philips (2009) consideram que a dificuldade de gerenciar as indústrias culturais deve-se ao fato de que o foco da gestão não está na produção eficiente dos bens palpáveis, e sim na manutenção de uma organização que precisa produzir e vender significados ou bens imateriais. São as singularidades da gestão da cultura e dos bens culturais que subvertem toda a lógica de implantação das teorias de gestão tradicionais na área cultural e exigem dos gestores culturais habilidades específicas para lidar com um produto diferenciado. No caso da comunidade croata, os projetos que envolvem a memória da imigração, manutenção de grupos folclóricos de dança e de música, estímulo ao aprendizado da língua. Para usufruírem do apoio tanto da iniciativa privada como do setor público, essas associações se viram obrigadas a sair do amadorismo, ao se estruturarem como uma associação cultural, mesmo que sem fins lucrativos.

As associações de comunidades imigrantes se viram obrigadas a compreender os desafios da gestão da área cultural, para que fosse possível sobreviver. O mercado cultural norteador por critérios próprios, bastante

específicos, exige resultados mensuráveis em prazo imediato, tais como volume de público, repercussão na mídia, sendo sempre necessário ponderar entre investimento e lucro (Miranda, 2003). Atualmente, os gestores dessas comunidades estão diante de um processo no qual é preciso cada vez mais desenvolver novos modelos de gestão para equilibrar as características singulares dos bens culturais inseridos no mercado cultural e, por que não, da gestão das artes em geral.

Se as associações culturais de comunidades imigrantes quiserem permanecer atuantes, é necessário ampliar as discussões e os estudos sobre a diversificação de fontes financiadoras específicas de cultura e conhecer as interfaces da área cultural com outras áreas afins. Para tanto, será preciso que os agentes e as instituições que compõem o campo cultural se conscientizem de que deverão atuar para a sociedade como um todo, e não apenas, intrinsecamente, para a comunidade de imigrantes e seus descendentes. Além disso, precisam conhecer as experiências passadas para que as suas ações futuras possam ser mais ponderadas e adequadas ao momento. Por isso, na próxima seção traçaremos uma linha histórica de desenvolvimento de ações e modelos de gestão comunitária croata no Brasil.

Passado, presente e futuro da produção e gestão de conhecimento na comunidade croata no Brasil

Nesta parte buscaremos apresentar algumas das características da organização social e cultural croata anteriores ao processo migratório, para depois mostrar como a sua comunidade emigrante no Brasil administrava o conhecimento trazido em um novo território e sociedade, bem como como se relacionava com o ambiente da nova pátria, e dessa forma, produzia novos conhecimentos.

Para falarmos do modo como os imigrantes croatas no Brasil têm produzido e gerenciado conhecimento em diferentes fases de sua constituição, é importante mencionar que o modo como a comunidade se organizou foi trazido da antiga pátria e (re)elaborado na nova. Um dos principais

elementos, o qual ainda é muito marcado na comunidade – nas suas associações e entidades –, é a ideia de cooperativismo.

As cooperativas são um fenômeno que varia bastante de acordo com o local, tempo, etnia e/ou grupo que as organizam e, no caso dos croatas, bem como da maior parte dos povos eslavos, existiam as cooperativas domésticas ou familiares durante séculos, garantindo uma sobrevivência em condições muito adversas, especialmente para quem sofria sob a servidão feudalista. Aproveitando as contribuições de Marković (2009), podemos dizer que essas cooperativas eram comunidades de vida, trabalho, manufatura, consumo e propriedade de várias pessoas e diversas gerações. Em sua maioria, eram pessoas aparentadas que viviam em uma propriedade, na mesma casa e sob a administração de conselhos cooperativos, compostos por todos os membros adultos, que escolhiam anfitrião-ancião como gestor comunitário interno e representante para assuntos “de fora”. Eram considerados como membros da cooperativa todas as pessoas que nasceram, se casaram ou que foram recebidas sob o acordo ou o consentimento de outros membros, o que posteriormente também virá a ser determinado pelas autoridades governamentais, remodelando-as de acordo com as ideias políticas. A interferência administrativa, legislativa e política nas cooperativas do território croata começa a se efetivar de modo mais intenso a partir de 1873, quando foi promulgada a primeira lei que definia a sua organização, constituição e funcionamento. Como regra geral, qualquer pessoa que, após 16 anos de idade, estivesse morando em uma cooperativa por pelo menos dez anos, se tornava seu membro pleno, exceção feita aos serviços externos, que podiam servir durante toda a sua vida sem obter esses direitos, como podemos concluir a partir do texto de Pavličević (1989). Antes disso, os croatas e outros eslavos faziam a sua própria organização e funcionamento, adaptando-se às novas circunstâncias; já no século 20, o cooperativismo passará por momentos de maior tutela estatal, como foi entre 1941 e 1990, quando a Croácia fazia parte da Iugoslávia, e após 1990, quando o país se emancipa politicamente e redefine o cooperativismo como um ator econômico mais independente e autônomo.

Portanto, quando os imigrantes croatas chegaram no Brasil, entre 1880 e 1960, seu modo de atuação comunitária era baseado principalmente nessa noção de trabalho conjunto familiar com possibilidade de articulação com outros grupos; e por isso autores como Matijašević (2005) consideram que se trata de um modelo econômico não baseado no capital, mas sim no associativismo de pessoas, isto é, nos recursos humanos nele contidos. No país de recepção, essa tradição acabou se transformando em outras modalidades, algumas bastante curiosas, como é o caso do fenômeno chamado faxinal, presente em diversos estados do Sul do Brasil, principalmente no Paraná, onde os eslavos imigrados, nesse caso principalmente poloneses e ucranianos, acabaram criando terras comunais em contato com a população indígena e negra. Nesse fenômeno social brasileiro também se mantinha tais características de associação e cooperação, o que garantiu o seu desenvolvimento singular na zona rural.

Uma característica forte nesse tipo de uso comunal cooperado é a autogestão (Carvalho, 1984; Nerone, 2000), que pode ser definida como atuação conjunta em todas as esferas da vida comunitária, dividindo-se as responsabilidades entre todos os envolvidos. Além dessas cooperativas, mais baseadas nas relações familiares de pequenos grupos, há também cooperativas profissionais que representam grandes atores econômicos no Brasil e em outros lugares, não somente na agricultura, mas também no turismo e em outros setores de serviços (Holm *et al.*, 2017). Podemos assim constatar que o cooperativismo é uma característica étnica eslava que abordaremos a partir da experiência croata, pensando-se nas dinâmicas internas de cada local.

Os croatas, assim que chegaram no Brasil, começaram a se articular para criar suas entidades, que mantinham funcionamento de cooperativas familiares que se ajudavam em todos os aspectos da vida, estabelecendo laços muito íntimos e próximos (Puh, 2017). Em seguida, com um aumento significativo de imigrantes em terras brasileiras, criaram as primeiras cooperativas na cidade de São Paulo, cuja função, naquele meio urbano, era auxiliar os novos imigrantes na sua inserção econômica, habitacional, cultural etc. Por conta das pressões e proibições vindas do

governo brasileiro que, a partir dos anos 1930, começa abertamente a combater o “perigo imigrante” e a exigir o fechamento e/ou nacionalização de muitas instituições criadas por grupos étnicos recém-chegados, as cooperativas começam a ceder lugar para associações, numa tentativa de autopreservação. Nesse processo, muitas atividades econômicas, sociais, informativas e outras foram excluídas oficialmente dos propósitos das entidades de cunho étnico-imigrante, como eram as croatas e iugoslavas (Puh, 2018). Posteriormente, a partir dos anos 1950, com a instauração de um cenário menos repressivo para esses grupos, novas entidades foram criadas, focando um único aspecto de atuação, o de associações culturais (Puh, 2019). Assim, pelo menos para um olhar externo, as associações se preocupavam somente, ou principalmente, com o aspecto de expressão e preservação cultural das suas raízes, uma tendência que durou até mais recentemente, quando ressurgiram as discussões sobre a necessidade de ampliação da atuação de entidades de caráter migratório para outros elementos da vida social, propondo-se a criação de grupos de estudo de negócios entre Brasil e Croácia e rede de profissionais (de origem) croata(s), por exemplo. Portanto, podemos criar a seguinte linha de “evolução”, ou melhor dito, transformação da organização comunitária, que expressa o modo como o conhecimento se produzia e gerenciava entre os imigrantes croatas: cooperativismo familiar – cooperativismo étnico – associativismo cultural – coopera-associativismo em rede. Nas linhas a seguir, retomaremos rapidamente essa história para esmiuçar algumas características e efeitos dessas mudanças, para oferecer um olhar mais analítico e consciente sobre uma comunidade específica para o qual pensamos que será importante para que as próprias instituições, entidades e grupos étnicos-imigrantes possam fazer uma autorreflexão e se reinventar de acordo com seus objetivos, possibilidades e necessidades.

A primeira fase da vida comunitária croata no Brasil foi a mais próxima do que chamamos de cooperativismo familiar, pois eram ainda poucas as famílias e poucos os indivíduos no Brasil até 1918, momento em que a Croácia deixa de fazer parte do Império Austro-Húngaro e integra o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (Puh, 2017). Conforme o autor,

essas famílias estavam em uma posição de dificuldade de integração e sustentação pelo fato de não existir nenhum apoio oficial, por isso se apoiavam nos mais variados aspectos da vida cotidiana, até que em 1907 se cria uma associação intitulada Águia Iugoslava, cuja finalidade era oferecer um espaço de expressão cultural e esportiva, já que o restante era resolvido no convívio cotidiano. Aqui vemos que já aconteceu uma mudança significativa no funcionamento étnico-comunitário, uma vez que do cooperativismo familiar foi extraído o aspecto cultural, que passa a ser efetivado por meio da associação que também tinha um fim político no contexto da luta pelo reconhecimento nacional no mencionado império, servindo como estratégia de militância étnica que será empregada em outros momentos. Essa mudança também afetou o modo como a própria comunidade se entendia, pois a cultura deixa de ser exclusivamente realizada num ambiente informal, tal como era o caso na antiga pátria, um movimento que chamamos de “ida da Primeira à Segunda Natureza”, inspirado em Nahachevsky (2001). Esse autor, pesquisando folclore ucraniano, afirma que as comunidades étnicas, num processo de formação nacional, passam de um primeiro momento, em que a cultura (dança, música etc.) é parte integral da vida da comunidade, para um segundo, não ligado a ela integralmente, usada para outros fins e podendo ser realizada em momentos fora do calendário tradicional tácito.

Isso fica muito mais evidente a partir da segunda fase de organização comunitária croata que, nos anos 1920 e 1930, cria uma dezena de instituições comunitárias que foram surgindo e desaparecendo ao longo das duas décadas: Cooperativa Nacional Iugoslava, União Mútua Iugoslava 1 e 2, Sociedade Iugoslava, Comunidade Nacional Iugoslava, Clube Nacional Iugoslavo “Belém”, Sociedade Croata de Ação Educativa e Ajuda Mútua “Pátria”, o clube esportivo Dalmácia, Sociedade de Ajuda Mútua “Adriático” etc. Trata-se de um período em que acontece uma grande onda de emigração em direção ao Brasil, o que é mais detalhadamente explicado em Puh (2018), criando uma robusta comunidade com aproximadamente 30 mil imigrantes conhecidos como iugoslavos. Esses imigrantes não somente aderiram ao cooperativismo étnico, mas também expandiram

sua atuação para diversas outras esferas de assistência social, cultura e esporte, bem como apresentaram uma multiplicidade de identificações étnico-nacionais: uma grande parte iugoslava, algumas regionais (Dalmácia e Adriático), e também étnica croata, expressão evidente daquela época, em que diversas identidades estavam constantemente em contato e, mais ainda, em disputa. Sua grande quantidade também se deve à inexistência de uma representação oficial-institucional do país de origem até 1939, quando a embaixada é inaugurada no Rio de Janeiro. A partir da pesquisa de Puh (2018), podemos conhecer algumas entidades, como a Cooperativa Nacional Iugoslava, cujo objetivo era o estabelecimento de uma sede própria, o desenvolvimento de atividades culturais e sociais para a comunidade, auxílio-saúde e auxílio-desemprego às famílias, formação de uma colônia agrícola e fornecimento de livros, revistas e criação de uma biblioteca. Sua atuação era ampla e envolvia a produção e gestão de conhecimento em diversas áreas da vida dos imigrantes. Com o aumento dessas entidades, cria-se também a Associação das Sociedades Nacionais Iugoslavas, que reunia todas as instituições oficiais que se identificavam com a proposta iugoslava. Ao mesmo tempo, como vimos na lista anterior, estabeleceram-se também cooperativas e associações explicitamente croatas, o que reforça a multiplicidade identitária, uma singularidade desse grupo migratório, tornando ainda mais complexa a produção e gestão de conhecimento. E ainda houve tentativas de criação de entidades supranacionais que reuniriam todos os eslavos, como foi o caso da Associação Pan-Eslava, proibida e liquidada em 1938, novamente em função do getulismo na proibição de movimentos étnicos e/ou comunistas, sendo que mais uma tentativa de criação ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

Porém, é importante destacar que todas essas entidades comunitárias deixaram de existir ou foram renomeadas até 1940, tanto pelos fatores internos da comunidade como pelos externos do Brasil, tornando quase invisível essa rica experiência histórica, fato já abordado por Camargo e Puh (2020) ao tratarem do processo de desocultamento étnico. Podemos dizer que nessa segunda fase de organização comunitária, que corresponde à segunda fase de imigração croata (1918-1941), há uma passagem

de predominância do cooperativismo étnico para o associativismo cultural, o que de fato se concluirá na terceira fase da imigração posterior a 1941.

É preciso lembrar que o levantamento de dados sobre a temática de produção e gestão comunitária de conhecimento não se dá somente por meio de documentos oficiais, nos quais nos baseamos para realizar a identificação e análise de entidades mencionadas até agora, pois a comunidade também fazia isso no nível individual, com a criação de registros em forma de diários de caráter coletivo e, de modo mais profissional, com a criação de jornais cuja função também era ajudar a organizar e sistematizar informações e conhecimentos obtidos na nova pátria.

O primeiro exemplo de que se tem notícia de uma tentativa de sistematizar esse conhecimento por meio de um registro em texto é o épico “A partida para o Brasil dos habitantes de Vela Luka e Blato, em 20 de abril de 1925”, escrito pelo imigrante croata Ivan Dragojevic “Veli”. Norma Marinovic Doro, uma das primeiras pesquisadoras nas pesquisas sobre a comunidade imigrante em questão no Brasil, conta que, ao entrevistar camponeses que permaneceram nas aldeias de Blato e Vela Luka, constatou que muitos entrevistados possuíam cadernos, já velhos, amarelados pela ação do tempo, contendo um épico que narrava a ida de um grande grupo de imigrantes dessas localidades para o Brasil (Doro, 2008). Esse fato levou a pesquisadora a analisar esse tipo peculiar de produção literária. Por meio da leitura e análise do épico escrito do imigrante, Ivan Dragojevic constatou que seu poema estava inserido na cultura rural do Sudoeste Europeu, chamado por alguns de Bálcãs. Nessa parte da Europa, os camponeses, desde a Idade Média, criavam épicos que cantavam seus heróis e mitos, registrando os novos acontecimentos que tinham profundo significado naquela sociedade e os guardavam na memória. Os temas mais comuns eram canções de trabalho, canções de amor, canções de núpcias, canções de tristezas e saudades, canções de heróis. Essa forma de literatura popular dos eslavos dos Bálcãs acompanha toda a vida do indivíduo, do nascimento até a morte, dando-lhe uma dimensão poética.

Esse texto épico constituiu um importante elo entre as famílias croatas, recém-chegadas em 1925, pois foram distribuídas nas fazendas de café no

vasto interior do estado de São Paulo. De alguma forma, ele tinha consciência da importância de contar a sua história e a das cerca de 300 famílias que saíram das videiras e barcos de pesca de uma ilha da Dalmácia para a dura vida nas fazendas de café brasileiras, em regime de colonato. Há relatos de que seus escritos passavam pelas fazendas, por meio da compilação em pedaços de papel e nos famosos “cadernos de fazenda”, e até chegaram a ser enviados para Blato e Vela Luka, conforme o relato de Marinovic Doro.

Por meio desses relatos, soubemos que as famílias, mesmo separadas, morando e trabalhando em fazendas localizadas em cidades distantes, interligadas por estradas de ferro do interior do estado de São Paulo, mantinham-se em contato, por carta ou por meio de emissários, contribuindo também de modo rudimentar para a criação da primeira rede da comunidade croata do Brasil. Após a crise da Bolsa de Nova York, em 1929, que afetou brutalmente os preços do café, somando-se aos abusos nas fazendas e às poucas oportunidades econômicas, as famílias croatas foram abandonando as fazendas e conseguiram se reagrupar novamente, na cidade de São Paulo, em dois bairros fabris: Mooca e Belenzinho, chegando ao ponto de constituir pequenas aldeias croatas em plena capital do estado (Camargo, 2017)¹.

Aqui vemos o processo empírico de como uma informação é convertida em conhecimento quando um indivíduo consegue relacioná-la a outras informações, compreendendo seu significado, em um determinado contexto. Observa-se que parte do conhecimento tácito construído é passível de ser reconhecido pelo indivíduo e, uma vez que tenha condições cognitivas para explicitá-lo, este poderá ser sistematizado, organizado, disseminado e apropriado por outros em uma espiral crescente. A informação produzida por Dragojevic foi responsável por alimentar

1 O manuscrito original do sr. Ivan Dragojevic nunca foi publicado na íntegra, permanecendo restrito ao âmbito familiar durante cerca de 60 anos. Ele foi “redescoberto” pelo jornalista Gregório Bacic, por ocasião da coleta de depoimentos para o documentário de sua autoria, *Relatório Bicho D’Água* (inconcluso). Por sugestão de Bacic, a família doou o caderno para o Arquivo do Estado de São Paulo, em 1985, pois este era um importante registro da imigração croata.

uma tese de doutorado (Doro, 1989), uma publicação bilíngue sobre as relações entre a Croácia e o Brasil (Talan, 1998) e por referência para livros sobre imigração (Puh, 2017, 2018, 2019), inclusive um de culinária croata (Camargo, 2014).

Não é somente por meio de documentos e da mídia impressa que foi possível conhecer, estudar e aproveitar a experiência histórica da gestão comunitária croata no Brasil. Outro elemento importante é a existência de patrimônios croatas na atualidade, os quais também consideramos brasileiros, pois permitem que o conhecimento comunitário construído na nova pátria se mantenha e, ao mesmo tempo, se redefina. Sobre esse aspecto da comunidade croata, escrevemos em Camargo e Puh (2020), recorrendo sobre os processos de desocultamento étnico, cujos principais resultados trazemos a seguir.

Apenas após a primeira geração de imigrantes estar plenamente ambientada na nova pátria, com empregos estáveis e famílias constituídas, foi possível a essa comunidade evoluir da fase “orgânica” para uma fase mais organizada. É quando surgem as atuais associações croatas do Brasil, primeiramente sem uma sede própria e, a partir de 1959, com um terreno no bairro Jabaquara, onde será construído o prédio da Croatia Sacra Paulistana, e no mesmo ano, a Sociedade Amigos da Iugoslávia, hoje Dalmácia, também inicia a construção do edifício próprio no bairro do Belém. Nessa terceira fase de organização comunitária, falamos de associativismo cultural, o qual foi um meio de garantia para que essas pessoas pudessem viabilizar a existência de uma entidade étnica-imigratória em condições desfavoráveis para a expressão identitária.

A partir daquele momento, a comunidade já contava com profissionais liberais, engenheiros, contabilistas e advogados formados no Brasil, que reuniram as informações relativas às suas formações para fundarem as associações. Ainda motivados pela Primeira Natureza, eles queriam um espaço próprio onde pudessem se reunir para cantar, dançar, celebrar datas festivas, jogar e falar seu idioma. Os estatutos de ambas as associações também previam ações sociais (aqui, no sentido de reuniões, festas e

afins), filantrópicas (socorro a vítimas de enchentes ou desastres e auxílio aos mais necessitados, não só da comunidade) e esportivas.

Corroborando com essa ideia, Alvarenga Neto, Barbosa e Pereira (2007, p. 7) afirmam que o conhecimento só existe na mente humana em sinergia com propósitos individuais ou coletivos. No caso da comunidade imigrante, os croatas traziam consigo conhecimentos sobre terra, sobre as relações econômicas baseadas no cooperativismo e na ajuda mútua. Nesse movimento, constituíam associações comerciais, construíam casas em regime de mutirão e estavam sempre muito próximos, auxiliando-se mutuamente. Com o passar dos anos, as necessidades básicas foram diminuindo, dando lugar ao mencionado elemento cultural como o principal aglutinador comunitário. Nos primeiros 30 anos das associações ainda era possível mantê-las em funcionamento, ainda que de forma amadora e voluntária. Mas a partir dos anos 1990, a então recém-queda do Muro de Berlim e a Guerra pela Independência da Croácia começaram a atingir também as pequenas associações de imigrantes. E aqui podemos começar a falar de uma quarta fase, que pressupõe a mudança do associativismo cultural para o coopera-associativismo em rede, que permite uma maior gama de possibilidades de atuação comunitária e, claro, de produção e gestão de conhecimento, cujas características identificaremos e comentaremos nas linhas abaixo, enquanto uma espécie de considerações finais. Lembramos que a discussão sobre formação de redes, inclusive estas baseadas em identidade e inovação, já foi identificada como tendência atual na própria Croácia por autores como Kukavica (2013), que reforça a sua importância na manutenção de vínculos com a pátria-mãe.

O conhecimento empírico e a expressão cultural já não eram suficientes para manter os grupos unidos, as legislações para a manutenção de associações se tornaram cada vez mais disciplinadoras, a competitividade com outros meios de convivência culminaram na diminuição do quadro associativo e quase fechamento de muitas associações. No atual contexto econômico e social, faz-se preciso descobrir como fazer com que as associações de imigrantes possam, por meio da gestão do conhecimento e da gestão cultural, voltar a despertar interesses na comunidade. Esse desafio

se torna maior de acordo com a complexidade da organização, pois se presume que, quanto mais complexa ela for, maior a probabilidade de fragmentação do conhecimento necessário para suportar suas atividades. Cabe à gestão do conhecimento integrá-lo em seus objetivos organizacionais. Trata-se de um processo complexo e desafiador, que envolve várias áreas da ciência, como as ciências da informação, psicologia, economia e também vários aspectos organizacionais, como cultura, liderança, tecnologia, aprendizagem e estrutura (Lage, 2003 *apud* Kajimoto; Valentim, 2017). A gestão cultural entra em cena como uma nova atividade profissional na área de gestão, com importantes especificidades relacionadas ao seu objeto de trabalho, bens e valores imateriais. Portanto, na última parte desse texto, traçaremos as nossas considerações finais, partindo desse cenário.

Considerações finais: atualidade da gestão e produção de conhecimento imigrante da comunidade croata

Nesta última seção de nosso capítulo abordaremos o momento atual da produção e gestão de conhecimento na comunidade croata no Brasil, procurando mostrar o que ocorre no seu seio e também oferecendo alguns encaminhamentos para que essa mudança para um coopera-associativismo em rede possa se efetivar, trazendo uma nova possibilidade de estruturação e preservação de grupos imigrantes no Brasil. Por um lado, há atividades que ocorrem em sintonia ou paralelamente ao que acontece nas associações, permitindo uma expressão mais individual dos interesses, habilidades e expressões dos seus membros; por outro lado, estão em criação novas propostas coletivas de organização comunitária, tais como a Câmara de Comércio, Estudos e Negócios Brasil-Croácia, que teve início de funcionamento em 2023, e rede de profissionais e autônomos.

Pensando nas atividades ou projetos individuais, temos o projeto de pesquisa culinária realizado por Camargo (2014), em que foi possível reunir e sistematizar a informação, transformando-a em conhecimento capaz de ser compartilhado intra e extra comunitariamente. O livro de

receitas *Croácia: cozinha e memória dálmata* versa sobre as memórias da imigração croata pelo ponto de vista de uma neta que aprendeu a cozinhar com sua avó croata. Este é um importante marco para a comunidade croata, pois é o primeiro livro sobre culinária croata publicado em língua portuguesa, trazendo um outro olhar, profissional, uma vez que a autora é formada em nutrição e gestão cultural. Um dos projetos postos recentemente em ação foi o programa de rádio *A Europa de Lá*, em uma emissora conceituada, que traz conhecimentos relativos à cultura, arte, história, culinária e literatura dos Bálcãs e do Leste Europeu, inserindo a Croácia em um escopo geopolítico maior, permitindo um melhor entendimento do modo como a experiência croata de produzir e gerenciar diferentes conhecimentos pode ou não ser semelhante ao dos demais países do seu entorno ou grupo étnico eslavo.

No que se refere aos projetos institucionais, temos que citar os de nome “Memória Dálmata” e “História da Croácia e da imigração croata no Brasil”, que constituem um importante meio de sistematização da informação, por meio da coleta, catalogação e digitalização de documentos, fotos, objetos e depoimentos, para compartilhamento por meio da internet e para pesquisas acadêmicas, genealógicas e outras. Outras iniciativas de sistematização e compartilhamento de conhecimento mais coletivo são as entidades que compõem o quadro de atuação das duas associações culturais, integrando o que chamamos de Segunda Natureza da atuação cultural em comunidades étnicas. Esses grupos permitem um trabalho mais especializado sobre atividades culturais, as quais passam a se realizar em momentos fora do calendário anual que se realizava inicialmente. O Grupo Folclórico Jadran, que faz pesquisa de músicas folclóricas croatas e possui um rico acervo de trajes típicos, e a Klapa Frana, conjunto musical que faz pesquisa da música popular e tradicional croata. Ambos participam de apresentações públicas, não só nas associações croatas, mas em festivais de música e danças folclóricas pelo país. O Clube do Bordado Croata visa reunir informações sobre as tradições das artes manuais croatas, formando um grupo ativo que promove oficinas e publicações nas redes sociais sobre o assunto.

Procurou-se, ainda, expandir os ambientes mais formalizados, onde seria possível efetivar a produção e promoção de conhecimento gerado no seio da comunidade. Assim, a comunidade croata participa de feiras culturais, que muitas vezes reúnem todos esses projetos e saberes, como por exemplo a Festa do Imigrante, promovida pelo Museu da Imigração de São Paulo, o Festival de Músicas e Danças do Centro Cultural Brasil-Japão, a Festa das Flores de Atibaia, Feira do Leste Europeu, promovida pela Associação de Amigos da Vila Zelina, e a Feira de Gastronomia da Catedral Ortodoxa Russa São Nicolau de São Paulo. Aqui podemos observar que a comunidade croata está bem integrada às iniciativas culturais, fazendo circular e compartilhando seu conhecimento. A Sociedade Amigos da Dalmácia e a Croátia Sacra Paulistana participam da Jornada do Patrimônio, promovida pela Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, fazendo parte do Mapa da Cultura de São Paulo.

Por fim, está em curso a efetivação de duas novas propostas de atuação comunitária, uma focada em estudos sobre negócios entre Croácia e Brasil, com intuito de obter e (re)criar conhecimento sobre o funcionamento econômico dos dois países, características das suas forças produtivas e dos recursos humanos e, em última instância, a criação de condições para que os países possam se aproximar mais e que a comunidade possa sentir benefícios dessa aproximação na temática escolhida (há um outro texto sobre esse assunto neste livro). Uma função importante, percebida como central para esse grupo, é a abordagem intercultural, pelo fato de se tratar de países que são vistos como distantes por não se conhecer as características culturais de cada um e como mitigar possíveis tensões e promover as necessárias aproximações, sendo este o tema de um dos capítulos que compõem o livro desta publicação. Outro projeto que tem sido iniciado é o de rede de profissionais e autônomos croatas e seus descendentes, cujo objetivo é estabelecer um espaço de articulação comunitária para todos os membros interessados em buscar vínculos familiares, profissionais, regionais ou pessoais com outras pessoas que se identificam com a Croácia ou são seus simpatizantes. Assim, o modelo de articulação comunitária de um grupo imigratório passaria a se basear em princípios que unificam

o cooperativismo familiar e étnico com associativismo cultural, aproveitando toda a experiência histórica e o conhecimento comunitário gerado ao longo dos séculos na antiga pátria e nas décadas de presença na nova pátria. Desse modo, entendemos ser possível e necessária a existência de diferentes modelos de produção e gestão de conhecimento, unindo as aspirações individuais com aquelas mais amplas, coletivas, necessárias para a preservação e reinvenção desses grupos, que estão no território brasileiro já há, no mínimo, 140 anos.

Esperamos que neste capítulo tenha sido possível perceber, a partir de um caso de uma comunidade imigrante específica, que é preciso analisar a trajetória histórica nos países de origem e de recepção, os acertos e os erros individuais e coletivos e as contribuições mais visíveis e invisíveis de diversas naturezas (instituições, registros, patrimônios), para que se possa ter uma visão mais sistematizada e organizada da produção e gestão de conhecimento. Isso, por sua vez, fará com que os gestores e dirigentes de outras comunidades, étnicas ou não, se voltem para si e, consequentemente, para o seu futuro, pensando em modelos possíveis que poderão garantir uma transformação social mais ampla em prol do reconhecimento da diversidade humana e da intrínseca necessidade do ser humano de estar junto a outros e outras, baseando-se nas relações de cooperação e associação livre e respeitosa, em uma sociedade mais democrática e justa.

Referências

ALVARENGA NETO, R.; BARBOSA, R.; PEREIRA, H. Gestão do conhecimento ou gestão de organizações da era do conhecimento? Um ensaio teórico-prático a partir de intervenções na realidade brasileira. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 5-24, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Mqg8PhhJPdFVTQwyx4gNZMP/>. Acesso em: 6 fev. 2024.

AVELAR, E. A.; VIEIRA, E. A.; SANTOS, T. de. Gestão do conhecimento: uma análise das pesquisas brasileiras desenvolvidas na primeira década do século XXI. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 150-165, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9806>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CAMARGO, K. G. *Croácia: cozinha e memória Dálmata*. São Paulo: Escrituras, 2014.

CAMARGO, K. G. Na terra dos dálmatas: um mapeamento afetivo dos bairros do Belenzinho e da Mooca. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 4, p. 183-193, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/6da34151/ed79/49f6/84c7/9ab368489802.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CAMARGO, K. G.; PUH, M. “Ver o invisível”: patrimônio da imigração croata em São Paulo. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 24-43, 2020. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/index.php/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/45/41>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CARVALHO, H. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba: [s. n.], 1984. Mimeografado.

DORO, N. M. *A imigração iugoslava no Brasil*. 1989. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

DORO, N. M. Narrativa épica e imigração. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: poder, violência e exclusão, 19., 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2008.

FERREIRA, C. R. A gestão e o gestor cultural: uma análise de características. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 1, p. 37-50, 2015. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/5dfca292-c9ea-493b-9b1f-fa0b29d6d032.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HISLOP, D. Mission Impossible? Communicating and sharing knowledge via information technology. *Journal of Information Technology*, [United Kingdom], v. 17, n. 3, p. 165-177, 2002.

HOLM, C. C. *et al.* Planejamento participativo do turismo e seus desafios: a aplicação dos princípios de Elinor Ostrom na Colônia Witmarsum-PR, Brasil. *Rosa dos Ventos, Caxias do Sul*, v. 9, n. 3, p. 457-471, 2017.

JANUZZI, C. S. C.; FALSARELLA, O. M.; SUGAHARA, C. R. Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 97-118, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/mNgjLFG7n7RXcZy7HHSy96J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2024.

- KAJIMOTO, N., VALENTIM, M. L. P. Aplicação do método *storytelling* de gestão do conhecimento para a constituição da memória organizacional do movimento *Shindo Renmei*. *RICI: revista ibero-americana de Ciência Da Informação*, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 364-387, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2556>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- KUKAVICA, V. *Umreženi identiteti*. Zagreb: Hrvatska matica iseljenika, 2013.
- LAMPEL, J.; LANT, T.; SHAMSIE, J. Equilíbrio em cena: o que aprender com as práticas organizacionais das indústrias culturais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 49, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/gGZm3fTF7Lrt4xDTS3pBP8M/?lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- LAWRENCE, T.B.; PHILLIPS, N. Compreendendo as indústrias culturais. In: BENDASSOLLI, P. F. et al. (coord.). *Indústrias criativas no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 3-23.
- LUCKESI, C. C. et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARKOVIĆ, I. Podjela i raspad kućnih zadruga u Slavoniji u 19. stoljeću. *Scrinia Slavonica*, [s. l.], n. 9, n. 1, p. 221-231, 2009. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/61598>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- MATIJAŠEVIĆ, A. Zadružno zakonodavstvo u Hrvatskoj: razvoj i problemi legislative poljoprivrednog zadrugarstva. *Sociologija i prostor*, [s. l.], n. 43, n. 1, p. 153-170, 2005. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/32877>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- MCINERNEY, C. R. Compartilhamento e gestão do conhecimento: profissionais da informação em um ambiente de confiança mútua. In: TARAPANOFF, K. (org.). *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília, DF: IBICT; UNESCO, 2006. p. 57-72. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/465>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- MIRANDA, D. S. de. Democratizar a cultura, democratizar as culturas. In: BRANT, L. (org.). *Políticas culturais*. Barueri: Manole, 2003. p. 29-33.
- NAHACHEVSKI, A. Once again: on the concept of “Second Existence Folk Dance”. *Yearbook for Traditional Music*, [United States], v. 33, p. 17-28, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1519627?seq=2>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- NERONE, M. M. *Terras de plantar, terras de criar – sistema faxinal*: Rebouças – 1950-1997. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000.

PAVLIČEVIĆ, D. Hrvatske kućne zadruge I. (do 1881). *Radovi zavoda za hrvatsku povijest*, Zagreb, v. 23, n. 1. p. 354-357, 1989. Biblioteka znanstvenih radova Sveučilišne naklade Liber i avod aza hrvatsku povijest Filozofskog fakulteta u Zagrebu. Disponível em: <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/6327/>. Acesso em: 6 fev. 2024.

PUH, M. Estudos eslavos no Brasil: constituição de uma área. *Revista X*, Curitiba, v. 15, n. 6, p. 674-697, 2020a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/76848>. Acesso em: 6 fev. 2024.

PUH, M. (org.). *A Croácia no Brasil após 1941: terceira fase da imigração*. São Paulo: Croatia Sacra Paulistana, 2019.

PUH, M. (org.). *A Croácia no Brasil até 1918: primeira fase da imigração*. São Paulo: Croatia Sacra Paulistana, 2017.

PUH, M. (org.). *A Croácia no Brasil entre 1918 e 1941: segunda fase da imigração*. São Paulo: Croatia Sacra Paulistana, 2018.

PUH, M. “Tudo junto e misturado?”: as contribuições e os limites do multiculturalismo no ensino de línguas. *Revista El Toldo de Astier: propuestas y estudios sobre enseñanza de la lengua y la literatura*, La Plata, ano 11, n. 20-21, p. 415-432, 2020b. Disponível em: <http://www.eltoldodeastier.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero20/pdf/Puh.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.

ROBREDO, J. *Da ciência da informação revisitada: aos sistemas humanos de informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

SANTOS, M. E. V. M. dos. Ciência como cultura: paradigmas e implicações epistemológicas na educação científica escolar. *Química Nova*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 530-537, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/yXdbXyLqVhWLz9P4nwdjGLL/>. Acesso em: 6 fev. 2024.

SUAIDEN, E.; LEITE, C. Dimensão Social do Conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (org.). *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília, DF: IBICT: UNESCO, 2006. p. 99-114. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/465>. Acesso em: 6 fev. 2024.

TALAN, N. *Croácia-Brasil: relações histórico-culturais*. Zagreb: Društvo hrvatskih književnika, 1998.

WILSON, T. D. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília, DF: IBICT: UNESCO, 2006. p. 37-55. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/465>. Acesso em: 6 fev. 2024.